

GREVES DOCENTES EM ANGOLA (2013–2024) E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: CONQUISTAS, LIMITES E TENSÕES SINDICAIS¹

Alonso Carlos Artur²
Elisabete Zardo Búrigo³

Resumo

O estudo analisa as greves de docentes da educação básica em Angola (2013–2024), buscando entender seus impactos na valorização do trabalho docente. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseou-se em artigos acadêmicos, jornais e documentos legais do Estado angolano. Os resultados indicam que, embora as greves tenham gerado algumas mudanças, o reconhecimento e a valorização da carreira docente ainda são insuficientes. Persistem entraves institucionais que dificultam negociações justas e o atendimento das demandas da categoria, apesar da esperança renovada entre os professores.

Palavras-chave: Trabalho docente; Greve e Sindicalismo; Educação básica; Angola; Sinprof.

HUELGAS DOCENTES EN ANGOLA (2013–2024) Y VALORIZACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE: LOGROS, LÍMITES Y TENSIONES SINDICALES

Resumen

El estudio analiza las huelgas de docentes de la educación básica en Angola (2013–2024), buscando entender sus impactos en la valorización del trabajo docente. La investigación, de naturaleza cualitativa, se basó en artículos académicos, periódicos y documentos legales del Estado angoleño. Los resultados indican que, aunque las huelgas han provocado algunos cambios, el reconocimiento y la valorización de la carrera docente siguen siendo insuficientes. Persisten obstáculos institucionales que dificultan negociaciones justas y la atención de las demandas del colectivo, a pesar de la esperanza renovada entre los profesores.

Palabras clave: Trabajo docente; Huelga y Sindicalismo; Educación básica; Angola; Sinprof.

TEACHERS' STRIKES IN ANGOLA (2013–2024) AND THE VALUATION OF TEACHING WORK: ACHIEVEMENTS, LIMITATIONS, AND UNION TENSIONS

Abstract

The study examines strikes by basic education teachers in Angola (2013–2024), seeking to understand their impacts on the valorization of teaching work. Conducted as qualitative research, it drew on academic articles, newspapers, and legal documents from the Angolan government. The findings indicate that, although the strikes prompted some changes, recognition and valorization of the teaching profession remain inadequate. Institutional obstacles persist, hindering fair negotiations and the addressing of teachers' demands, despite renewed hope among educators.

Keywords: Teaching work; Strikes and trade unionism; Basic education; Angola; Sinprof.

¹Artigo recebido em 09/05/2025. Primeira Avaliação em 23/09/2025. Segunda Avaliação em 23/09/2025. Aprovado em 05/11/2025. Publicado em 10/12/2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i52.67976>

²Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Brasil.

E-mail: alonsocarlosartur@outlook.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5106098741839964>.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4399-8953>.

³Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) - Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: elisabete.burigo@ufrgs.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0813705231998657>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1532-7586>.

Introdução

Nos países do Sul Global, os conflitos entre trabalhadores da educação e políticas públicas neoliberais têm gerado formas emergentes de resistência. Em Angola, esse embate tem se intensificado por meio das greves lideradas pelo Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof), especialmente a partir de 2013. Durante décadas, as greves eram abafadas ou minimizadas no cenário educacional angolano. No entanto, desde 2019, observa-se um novo ciclo de mobilização coletiva, com protagonismo crescente do professorado da educação básica, em um contexto de ascensão das mobilizações sociais no país.

Essa retomada das greves não se limita à luta por melhores salários. Ela expressa a busca por reconhecimento profissional, dignidade no exercício da docência, liberdade de expressão e reconfiguração das condições materiais e simbólicas do trabalho educativo. Em um contexto de instabilidade econômica, desvalorização da carreira docente e deficiências estruturais crônicas nas escolas públicas, os docentes angolanos vêm reescrevendo o trabalho docente por meio da ação coletiva e da pressão organizada. Utilizando-se de redes sociais, canais independentes e articulações territoriais, esses profissionais ampliaram o alcance de suas pautas, forçando o Estado e os fazedores de políticas públicas a reconhecer — ainda que sob tensionamento — a legitimidade de suas demandas.

As greves de 2013 a 2024 assumiram, assim, um papel estratégico na disputa pelo sentido da educação em Angola. Elas desafiam uma cultura política marcada por centralismo e fragilidade institucional sindical, ao mesmo tempo em que reposicionam o Sinprof como ator político relevante no campo educacional. Este artigo, portanto, busca analisar como essas greves vêm operando como práticas de valorização do trabalho docente, apesar dos obstáculos impostos pelos formuladores de políticas públicas e pela estrutura de governança educacional ainda pouco responsive às demandas da categoria. Além disso, discute-se como essas mobilizações expressam uma busca por uma democracia mais inclusiva, na direção de uma transformação social — não apenas na educação, mas em toda a sociedade.

Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa e apresenta uma narrativa das greves de docentes da educação básica de Angola, construída a partir da análise de documentos e reportagens produzidos por sindicatos, órgãos estatais e veículos de imprensa entre 2013 e 2024. O corpus documental inclui leis e decretos relevantes — como a Lei 23/91 (Angola, 1991), a Constituição de 2010 (Angola, 2010) e as notícias divulgadas nas mídias nacionais e internacionais sobre a educação em Angola —, além dos cadernos reivindicatórios do Sinprof referentes a 2013, 2017 e 2019, de comunicados oficiais do Ministério da Educação (MED) e de matérias publicadas no *Jornal de Angola*, em *O País*, no portal da Agência Angola Press (Angop) e em diversos portais de entidades sindicais e da imprensa independente no período de 2013 a 2024.

O procedimento de coleta consistiu em uma busca e catalogação de documentos, com critérios de seleção baseados na relevância direta ao movimento grevista e à carreira docente. A análise dos documentos contemplou a identificação de informações e trechos relacionados à valorização docente e às dinâmicas de mobilização sindical, priorizando aqueles relacionados às categorias pré-definidas: “motivações”, “respostas do governo” e “avanços normativos”. Para a construção da narrativa, também buscou-se o cruzamento e cotejamento dos documentos, destacando-se especialmente o cotejamento entre as fontes oficiais e a imprensa independente.

Greves e suas proposições

As greves, como outras reivindicações sociais realizadas por grupos organizados em busca de melhorias de condições de vida, de trabalho ou qualquer outra demanda, são caracterizadas como movimentos sociais. Sobre movimentos sociais, Melucci (2001, p. 23) vai dizer que: “Os movimentos não são personagens que se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída pelos ideólogos. São sistemas de ações, redes complexas de relação entre níveis e significados diversos da ação social.” São estes movimentos que, ao seu tempo, contribuem para a transformação das sociedades onde eles emergem.

O autor acrescenta que os movimentos sociais assumem o papel de profetas de sua época, na medida em que, através dos encontros, desencontros e múltiplas coletividades que constituem tais movimentos - promovem uma reimaginação do futuro. Contudo, não se trata de qualquer futuro, mas sim de um porvir qualitativamente superior ao presente cuja realidade e configurações se busca transformar radicalmente.

Melucci (2001) diz ainda que os movimentos sociais que se erguem em torno dos conflitos que fazem parte do contexto de uma sociedade não são um sinal de que ela está morrendo, mas, pelo contrário, são, sim, a sinalização de algo que está nascendo, uma forma nova de pensar e fazer as coisas, quem sabe até a coragem necessária para um enfrentamento que pode dar caminhos diferentes para aquilo que se quer mudar ou transformar. As greves geralmente configuram-se em uma paralisação das atividades laborais que pode ser total ou parcial, e quase sempre são deflagradas para exigir das entidades empregadoras que se atendam uma ou mais demandas apresentadas pelos seus sujeitos.

Sobre a ocorrência das greves, Leite (1987, p. 9) afirma: "A greve, enquanto paralisação coletiva do trabalho por iniciativas dos trabalhadores, visando forçar o patrono ou Estado a atender suas reivindicações, é um fenômeno bastante antigo. Alguns autores aludem a movimentos grevistas já na antiguidade e na idade média". Ao mesmo tempo, o autor reconhece que, "É, no entanto, a partir do advento da sociedade industrial que a greve se generaliza como forma de luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho" (p. 9).

Muitos autores, tal como Dias (2012, p. 113), argumentam que o fenômeno, como conhecemos hoje, é uma invenção moderna, "produto da emergência do modo de produção capitalista, em que a criação das condições de acumulação de capital estabeleceu a relação antagônica – capital/trabalho".

De acordo com Dias (2012):

É por isso que a relação greve-luta-negociação-sindicalismo é inseparável da constituição e ação do movimento operário, que procura limitar o mercado livre, desmercadorizar o trabalho e ampliar a cidadania social, parte integrante do repertório de ação coletiva enquanto o antagonismo capital/trabalho subsistir (Dias, 2012, p. 114).

Hoje as greves são muito utilizadas para chamar atenção do patronato para demandas atuais de cada categoria profissional. Sobre o conceito de greve, Dias (2012) vai dizer que:

Greve é a cessação coletiva e voluntária do trabalho numa empresa, setor, categoria ou de toda a população trabalhadora com o propósito de obter benefícios e concessões. O único recurso, face à exploração e a condições desumanas de trabalho, era o de parar o trabalho, utilizando o seu poder de associação (Dias, 2012, p. 114).

Estas cessações acontecem de forma sistemática e organizada, conforme o contexto que gerou os protestos. De acordo com Melucci (2001), não existe apenas um tipo de sistema de organização dos movimentos sociais, uma vez que os objetivos e as demandas que surgem a cada momento são múltiplos, situação que favorece o surgimento de vários sujeitos nos movimentos sociais, com o fim de mediar e negociar determinados conflitos com as entidades que têm o poder de dar soluções às situações apresentadas.

Dessa forma, os sindicatos têm se mostrado agentes fundamentais para alcançar as demandas apresentadas por meio das greves. De acordo com Silva, Grego e Jorge (2021), os sindicatos dos professores são entidades muito importantes, porque auxiliam na defesa dos direitos da categoria que representam perante as instituições públicas que têm como função fazer a manutenção desses direitos, colocando sempre os interesses dos seus afiliados como pauta prioritária durante as negociações. Acompanhando as greves desde sua concepção, passando pela execução até os seus desdobramentos.

A partir de Melucci (2001), portanto, as greves docentes podem ser compreendidas como formas de ação coletiva que expressam identidades e demandas simbólicas; além de reivindicações materiais, elas incluem demandas que buscam melhorias coletivas maiores, atingindo aspectos sociais para além dos escopos das lutas iniciais que, no caso do referido sindicato, visam a educação básica.

Desdobramentos das greves em Angola

O Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof) de Angola, fundado em 1996, constitui uma das principais organizações representativas dos trabalhadores da

educação em Angola. O Sinprof como conhecemos hoje, conforme Segundo (2023), começou a se destacar como sindicato independente desde o ano de 2007, quando começou a encabeçar as primeiras greves a favor dos profissionais da educação de base. Mas, as greves dos docentes da educação básica em Angola ganharam visibilidade e organização a partir de 2013, quando começaram a exigir melhores condições de trabalho, como aumentos salariais e progressão na carreira.

De acordo com Segundo (2023), antes da criação do Sinprof, existia em Angola apenas a União Nacional dos Trabalhadores (UNTA), fundada em 1960, que, após se aliar ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1963, teve questionada sua capacidade de representar seus filiados diante das instituições públicas angolanas.

Sem perder tempo, o Sinprof aproveitou o crescente número de filiados para expandir sua presença em todas as vinte e uma províncias de Angola. Atualmente, o sindicato lidera os movimentos grevistas impulsionados pela falta de resposta às reivindicações apresentadas ao governo desde antes de 2013. As greves têm sido uma ferramenta essencial na luta pela aprovação das demandas dos professores, tornando o Sinprof um dos maiores sindicatos do país em número de filiados, especulando-se uma quantidade de aproximadamente 80.000 filiados, conforme Segundo (2023). Este número de filiados tem garantido que as greves lideradas pelo Sinprof atinjam uma dimensão nacional.

As greves organizadas e lideradas pelo Sinprof, na maioria das vezes, são orientadas por um caderno reivindicativo, que é adaptado e aditado para incluir novas demandas que possam surgir no futuro. O caderno reivindicativo de 2013-2024 foi elaborado com base nas demandas coletadas nos congressos nacionais do Sinprof, que ocorrem em diferentes províncias a cada edição. Essas demandas foram priorizadas de acordo com sua urgência. O caderno também contempla particularidades regionais, considerando que, embora se trate de um sindicato de abrangência nacional, muitas províncias enfrentam contextos específicos — como é o caso da Huíla, por exemplo. Em 2013, uma greve notável teve início na província da Huíla, e não na capital Luanda, como é comum. Em outubro daquele ano, cerca de 22 mil professores estavam em greve, afetando aproximadamente 30 mil estudantes.

De acordo com Vieira (2013, p. 1), “Aulas paralisadas na Huíla há quase um mês colocam quase 30 mil alunos em risco de perder o ano letivo. A imprensa está

proibida de abordar o assunto, apesar disso violar um direito contemplado na Constituição angolana.” Vários motivos levaram a essas paralisações, porém demandas de mais de uma década também faziam parte dessas reivindicações.

Ainda de acordo com Vieira (2013):

O que está a motivar a greve é, segundo os professores, o não pagamento das colaborações por parte do Governo desde 2001, a cobrança de subsídios no salário base e o congelamento de progressão na carreira que o Ministério da Educação diz ter terminado, mesmo sem contemplar os docentes do ensino geral (Vieira, 2013, p. 1).

Apesar da agitação em torno do assunto, as mídias locais não noticiaram o evento devido à orientação do governador da Huíla, que, embora também seja professor, evitou a cobertura. No entanto, os professores utilizaram outros meios de comunicação, como jornais nacionais e internacionais da imprensa não oficial e redes sociais, para divulgar suas reivindicações. Além disso, a imprensa internacional deu grande destaque à situação, apelando ao governo angolano para prezar o respeito à dignidade humana, uma vez que o Sinprof faz parte da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De acordo com Vieira (2013):

A Huíla está a viver um silenciamento da imprensa pública quando há uma greve no ensino geral”, diz revoltado Teodoro Albano, jornalista da Voz da América. Explica que são mais de um milhão de crianças sem aulas e que este acontecimento é “a todos os níveis de interesse público”, reitera (Vieira, 2013, p. 1).

A atitude de banalização por parte do governo também foi uma estratégia para enfraquecer o movimento. No entanto, a imprensa privada deu visibilidade aos docentes, frustrando a tentativa de desmoralizar os grevistas. Apesar da iminência de afetar cerca de 30 mil estudantes, a administração optou pelo silêncio, em vez de buscar uma negociação, conforme Vieira (2013, p. 1).

À medida que o final do ano letivo se aproximava, os encarregados da educação começaram a preocupar-se com o impacto negativo da suspensão de aulas sobre os estudantes, devido à falta de diálogo entre os grevistas e o governo. Eles envolveram-se no conflito, pedindo que o governo da província estabelecesse uma comunicação com os docentes em greve para resolver a situação (Vieira, 2013, p. 1).

A intervenção da sociedade civil foi de grande importância para uma possível negociação com o governo da Huíla; apesar do silêncio do governo, o Sinprof alegava já terem atingido alguns objetivos com a greve, porém não havia nenhum ganho de fato; por essa razão, a partir daquele momento estavam a prepararem-se para uma paralisação nacional dentro do ensino geral, que corresponde desde a 1^a classe até a 12^a classe (primeiro ano do ensino fundamental I ao terceiro ano do ensino médio).

Conforme Vieira (2013):

Apesar de já terem sido alcançados alguns objetivos da SINPROF, João Francisco, secretário provincial do Sindicato, diz que nem todos os professores estão satisfeitos com as conquistas. "O resultado não foi suficiente para desanuviar a tensão gerada no seio dos professores", reitera. João Francisco diz que os professores concordam em manter a greve até obterem respostas concretas do Governo (Vieira, 2013, p. 1).

As constantes promessas e falhas no seu cumprimento fizeram com que os docentes perdessem a confiança nos acordos estabelecidos com o Estado. Razão pela qual foi inevitável pensar em um próximo passo que pudesse pressionar o governo para o cumprimento dos acordos. Desta vez a mobilização seria bem mais ampla que apenas em uma província; entre o Sinprof e os docentes da educação de base em Angola - também chamada educação geral -, ficou combinada a realização de uma paralisação nacional.

De acordo com Vieira (2013):

Motivados por falta de resultados, a Assembleia de professores decretou a continuidade da greve no ensino geral, de acordo com o secretário provincial do SINPROF. "A Assembleia é soberana nos nossos estatutos", indica. Afirma que poderiam "suspenso a greve e optar pela via diplomática, mas quem decide é a Assembleia (Vieira, 2013, p. 1).

Apesar da greve de outubro de 2013 ser a que mais ganhou visibilidade por ter a participação de aproximadamente 22 mil docentes da província da Huíla, deixando aproximadamente 30 mil alunos sem aula, antes dela uma outra grande greve aconteceu na província da Lunda Norte, porém com menor adesão dos docentes. A greve dos docentes na Lunda Norte, que aconteceu em maio de 2013, começando no dia 27 do referido mês, teve a adesão de aproximadamente 5 mil docentes, deixando cerca de 156 mil alunos do primeiro ciclo sem aulas, situação que chamou atenção da

gestão da província, que prontamente criou um grupo de trabalho para a negociação com os docentes. Em reivindicação havia vários pontos.

De acordo com reportagem do portal Makaangola:

Perto de cinco mil professores em serviço na província da Lunda-Norte estão em greve desde 27 de Maio. O Sindicato Nacional de Professores (SINPROF) considera que há uma adesão de cerca de 90% do total de docentes do ensino primário e do 1º Ciclo. A paralisação afecta (sic) mais de 156 mil estudantes (PROFESSORES em greve, 2013, p. 1).

Essas movimentações eram frutos do incumprimento, por parte do governo, do acordo estabelecido entre o Sinprof e a gestão da Lunda Norte. De acordo com Makaangola, “A 21 de Novembro passado, o governo provincial havia estabelecido um acordo com o Sinprof para a resolução do caderno reivindicativo apresentado pelos docentes” (Professores em greve, 2013, p. 1).

Diferente do que aconteceu na Huíla, os docentes da Lunda Norte foram recebidos pela comissão criada pelo governo da província para a gestão e negociação das demandas apresentadas pelo professorado daquela região de Angola. Esse encontro culminou com a renovação das promessas, mas por algum motivo aquele momento parecia ser realmente de estabelecimento de negociações que seriam cumpridas, já que contou com a presença de figuras ilustres do governo (Professores em greve, 2013, p. 1).

Além das questões discutidas, os docentes da Lunda Norte também apresentaram queixas éticas contra o governo provincial, acusando-o de manter “funcionários fantasmas” — pessoas que não faziam parte do quadro oficial de pessoal. O professorado alegava que havia tabelas salariais paralelas, resultando em salários diferentes para funcionários com o mesmo nível de escolaridade e tempo de serviço, o que evidenciava uma prática injusta de remuneração, de acordo com Makaangola (Professores em greve, 2013, p. 1).

A situação da existência de folhas de salários paralelas não é uma realidade nova em Angola, esse é um assunto recorrente entre as insatisfações de várias categorias profissionais. Nesta mesma seara de reclamações, fazia também parte do caderno reivindicativo da categoria na Lunda Norte a demanda de assistência adequada para os docentes enviados para trabalhar em zonas recônditas, ou sem

muitas condições de habitabilidade, uma situação muito recorrente no país (Professores em greve, 2013, p. 1).

Situações semelhantes ocorrem frequentemente entre os docentes da educação básica em Angola. O Sinprof atua em várias frentes nas greves, elaborando cadernos reivindicativos regionais e nacionais. Após o movimentado ano de 2013, que viu várias greves isoladas, o ano de 2014 começou com tensão. Em 2 de junho de 2014, uma greve na província da Huíla destacou-se pela sua duração, estendendo-se até 29 de julho. Embora tenha sido uma das mais longas, a adesão foi menor comparada à greve de outubro de 2013, com cerca de 6 mil docentes participando, menos de 50% do total anterior.

De acordo com reportagem do portal RFI:

Os mais de 5 mil professores do ensino pré-escolar, primário e secundário da Província da Huila, no sul de Angola, estão em greve desde 2 de Junho e pela terceira vez em dois anos, para exigir a actualização das suas categorias profissionais, promoções e o pagamento de subsídios em atraso, reivindicações também exigidas noutras províncias do país, o que poderá fazer alastrar a greve "*como uma bola de neve... se o governo não atender as reivindicações até Setembro*", quem o afirma é o presidente do SINPROF, Guilherme Silva, que participou nesta terça-feira (29/07) em Luanda, na reunião com o ministro de tutela Pinda Simão, os ministros da administração do território, emprego, segurança social e finanças, dominada que conflito na Huila (Angola, 2014, p. 1, grifo nosso).

Greves assim não eram vistas há muito tempo em Angola e principalmente em intervalos de tempo bem reduzidos, enquanto os professores reivindicavam por demandas regionais também colocavam em sua pauta demandas nacionais, tais como a atualização da carreira docente, que andava estagnada por muito tempo em Angola. Porém, mesmo com a anunciada maior liberdade de expressão, muitos docentes ainda sofriam ameaças por aderirem às greves, o que muito contribuiu para o esvaziamento desses movimentos. Essa situação não era diferente na província da Huíla, apesar do peso reivindicativo que esses docentes têm acumulado com base nos confrontamentos que têm feito à máquina pública.

Com o passar do tempo e a experiência adquirida nas greves, os docentes foram atualizando suas demandas de acordo com a realidade do país e, especialmente, com as questões que afetam os profissionais da educação básica em Angola. O Quadro 1 apresenta uma comparação entre as demandas apresentadas ao

governo em 2013 e em 2019, evidenciando a incorporação de novas reivindicações ao longo do tempo.

Quadro 1 - Quadro comparativo das reivindicações de 2013 e 2019

Caderno Reivindicativo	
Ano de 2013	Ano de 2019
1- Abolição da monodocência.	1. A anulação do regime de transição automática na 1 ^a , 3 ^a e 5 ^a classes e a monodocência na 5 ^a e 6 ^a classes.
2- Distribuição da merenda escolar em todo país.	2. Reavaliação da carga horária prevista no Decreto Presidencial nº 160/18 de 03 de Julho, Estatuto da Carreira dos Agentes da Educação e o excesso de alunos por turma, enfatizado no artigo 15. ^º do Decreto Presidencial nº 276/19 de 6 de Setembro, que Aprova o Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Geral.
3- Atualização dos professores segundo o nível acadêmico e tempo de serviço.	3. Distribuição generalizada e equitativa da merenda escolar.
4- Pagamento de subsídios.	4. Dignificação do professor pela valorização do tempo de serviço, fazendo-se o enquadramento de todos segundo as habilitações acadêmicas e o tempo de efetivo serviço no sector.
5- Pagamento dos cargos de direção e chefia desde a nomeação: diretores, subdiretores, coordenadores e turnos.	5. Aprovação de um regime de subsídios que atraia e motive professores capacitados e qualificados para se fixarem nas zonas rurais e no ensino primário.
6- Pagamento na totalidade e não em metades do 13º e subsídio de férias.	6. Pagamento de subsídios de chefia aos Coordenadores de Curso, Classe, Disciplina e de Turno.
7- Regularização da situação de professores nas categorias do regime geral.	7. Transição dos professores do regime probatório para o definitivo.
8- Desagravamento do imposto de rendimento do trabalho (IRT) e isentá-lo em todos subsídios.	8. Exigência da flexibilidade do calendário escolar tendo em conta o contexto e a realidade sociocultural do nosso país.
9- Revisão do estatuto de carreira dos agentes da educação.	9. Regularização da situação dos professores com categorias do Regime Geral da Função Pública.
10- Alteração do estatuto remuneratório e subsídios dos agentes da educação segundo a proposta salarial apresentada pelo SINPROF.	10. Formação dos professores primários auxiliares.
11- Reintegrar os líderes sindicais nas comissões de avaliação de desempenho.	
12- Não à obrigatoriedade do uso da bata.	
13- Mais concursos públicos de acesso para que se cumpra com o rácio professor-aluno (35 alunos por turma).	
14- Melhoria das infraestruturas escolares (salas de aulas, carteiras, material escolar, bibliotecas, laboratórios, transporte escolar).	
15- Não à mercantilização do ensino pois em Angola há mais colégios privados que escolas públicas.	

Fonte: Cadernos reivindicativos de 2013 e 2019, elaborados pelo Sinprof e entregues ao governo de Angola por meio do Ministério da Educação.

Esses cadernos refletem a evolução das demandas dos profissionais. Vale destacar que as edições dos cadernos de reivindicações do Sinprof também incorporam aditamentos oportunos para incluir demandas pontuais da categoria. Segundo a RFI (Prossegue a greve, 2022), o caderno de 2019, que cobre temas como progressão de carreira e condições de trabalho, tem sido central nas negociações acompanhadas atentamente pelos docentes da função pública em Angola.

As professoras e os professores da educação básica mobilizavam-se, em 2019, para reivindicar melhorias que iam além de salários e da aprovação do estatuto que regulamentaria a categoria, focando na reestruturação do sistema da carreira docente, pois essas questões eram de grande interesse para a classe, de acordo com a RFI (Prossegue a greve, 2022). Descontentes com as atitudes do governo e a falta de ações do presidente da república, mesmo ele tendo prometido que a educação seria uma prioridade em seu governo, muitos/as docentes começaram a criticá-lo. O silêncio prolongado do presidente durante as greves e a ausência de resposta do Ministério da Educação contribuíram para a desilusão dos/as professores/as (Prossegue a greve, 2022).

Diante das decepções enfrentadas pelos/as docentes em 2019, ficou nítido que a liberdade de expressão não havia avançado. As discussões de 2019 criaram um ambiente propício para que essas conversas se estendessem em 2020, ano que ficou marcado pelo início do suposto cumprimento de algumas das promessas feitas pelo governo. Até o ano de 2025, muitas insatisfações são demonstradas diariamente pelos/as profissionais da educação de base em Angola. Notícias que circulavam no seio dos/as profissionais e na mídia estatal em 2022 informavam que, dos dez pontos presentes no caderno reivindicativo do Sinprof, o governo já atendeu a sete, conforme relatado pela Televisão Pública de Angola (TPA) (Andrade, 2022), que serão detalhados a seguir.

Ficando por se resolver apenas três questões dos dez pontos apresentados no caderno reivindicativo, ainda de acordo com a TPA (Andrade, 2022), em uma nota do Ministério da Educação (Med), em circulação na mídia pública, fez-se saber que, questões como a monodocência⁴, a merenda escolar e as promoções ou atualizações

⁴ **Monodocência** é o modelo de ensino em que um único professor ministra várias disciplinas para a mesma turma nos anos iniciais e não só, atuando de forma polivalente e acompanhando de modo integral o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos, isto, tendo em conta o contexto angolano.

de categorias estariam no processo de solução. A merenda escolar faz parte do programa de combate à pobreza, e o setor está em parceria com outros ministérios para planejar um orçamento diferenciado, levando em consideração a quantidade de escolas e de alunos.

Enquanto os docentes aguardavam pelo pronunciamento do governo em relação às suas demandas, neste período reduziram-se as greves, não tendo sido registradas greves ou mobilizações notáveis em 2020 até 2021, período que culminou com a aprovação da atualização do salário dos professores e professoras da educação de base. Foi também cumprida e implementada a promoção de carreira dos docentes que atuavam há mais de dez anos na mesma função. De acordo com o Ministério da Educação de Angola (2023, p. 1), “Na primeira fase foram promovidos 96.328 professores, durante o mês de dezembro de 2021.” Este processo que havia começado em 2020 continuou até meados de 2022.

Para além da aprovação do estatuto da carreira docente, foram igualmente aprovados outros documentos que regulavam a atuação dos diretores e vice-diretores de escolas públicas. De acordo com o Ministério da Educação de Angola (2023):

Para além da aprovação do novo Estatuto dos Agentes da Educação, foram aprovados igualmente o novo Regime de Exercício de cargos de Direcção e Chefia (Decreto Presidencial nº 93/21 de 16 de Abril) cuja implementação iniciou em Setembro de 2022 com a remuneração de todos os Directores e Sub-directores das Escolas Públicas, acompanhada das opções remuneratórias pela Chefia (para os titulares que auferem salários de Chefia) e pela indiciária (para os titulares que auferem pela categoria da carreira) [...] (Angola, 2023, p. 1).

Estas promoções e o aumento dos salários foram um grande diferencial para estas e estes docentes. Mas ainda assim, o caderno reivindicativo estava longe de ser executado na sua totalidade, mas o movimento feito desde 2017 até 2022 surtira efeitos significativos para as e os docentes.

Na sequência das lutas, em 2022 o Sinprof anuncia novamente uma greve para os meses de novembro, dezembro e janeiro de 2023. As greves seriam realizadas em três fases. De acordo com o portal Angop (SINPROF: suspende, 2022), conforme anunciado pelo Sinprof, a paralisação seria feita em três fases, a primeira de 23 a 30 de novembro de 2022, a segunda de 6 a 16 de dezembro do mesmo ano e a última de 3 a 31 de janeiro do próximo ano. Lutas que eram fundamentadas pelo não

atendimento às diversas demandas do caderno reivindicativo, mas os grevistas exigiam desta vez, dentre outros pontos, a desregulamentação da monodocência na quinta e sexta classes (séries), sendo essa uma prática considerada válida apenas para a primeira a quarta classe (série).

Ainda conforme reportagem da TPA (Andrade, 2022), os professores reivindicam que o Executivo cumpra diversas demandas contidas no caderno reivindicativo, com ênfase na desregulamentação da lei que instituiu a monodocência no sistema de ensino angolano, principalmente a retirada da monodocência para as turmas da quinta e sexta classes, uma vez que atual lei é considerada desfavorável pela categoria. Atualmente, novas reivindicações têm sido apresentadas pelos professores e professoras, somando-se ou retomando aquelas já contidas no caderno reivindicativo entregue ao governo em 2013 e posteriormente atualizado em outubro de 2019, cuja nova versão também foi encaminhada ao governo de Angola.

As greves e o trabalho docente

Angola experimentou um período colonial que se encerrou apenas em 1975. A Constituição que inaugurou a segunda república foi promulgada somente em 1992. No entanto, já em 1991, começaram a surgir no ordenamento jurídico angolano normas que refletiam mudanças nos aspectos relacionados à atividade sindical, visando a reivindicação contra o Estado e instituições privadas, situação que não era permitida durante o período colonial e algumas décadas depois do fim da escravidão daquela nação. De acordo com Segundo (2023):

Mas, de forma mais ampla e concisa, a história de sugimento (sic) dos movimentos sindicais em Angola está relacionado com o nascimento da 2^a república, por força da Constituição de Angola assim como a Lei n.º 23/91, de 15 de Junho de 1991 – Lei de Sindicatos de 1992. De igual modo, através da Lei da greve publicada no Diário da República n.º 25, Série de 15 de Junho de 1991 (Segundo, 2023, p. 13).

Sobre trabalho docente em Angola, Segundo (2023) afirma que “Em Angola, os estudos sobre o desenvolvimento histórico do trabalho docente são ainda embrionários com abordagens que quase não diferem quanto às suas interpretações e visões, (...)” (p. 4). Por outro lado, de acordo com Oliveira (2004), trabalho docente é conjunto de ações e processos que visam reformar a escola como um todo,

atendendo as mais variadas demandas que envolvem a escola e a classe profissional que nela atua, sendo muitas vezes responsáveis por transformações e reformas importantes que dão um significado diferente em relação à compreensão da escola e os processos que fazem parte dela.

Por essa razão, os docentes representados pelo Sinprof estão em uma luta de enfrentamento com o governo, luta que visa conferir maior dignidade de permanência nas instituições de ensino aos professores e professoras, mas também aos alunos e outros agentes que fazem parte do processo que constitui a escola.

Oliveira (2004), referindo-se ao contexto brasileiro, avalia que as várias reformas que têm ocorrido nas últimas décadas têm trazidos muitos benefícios ao trabalho docente. E, é na perspectiva desse tipo de mudanças que o professorado em Angola tem buscado, por meio das greves, que sejam levados em conta dados importantes para a melhoria do trabalho docente naquela nação.

Os docentes pedem o fim da monodocência nas quinta e sexta classes, argumentando que esse modelo sobrecarrega os/as professores/as e prejudica o aprendizado dos alunos, já que um único docente pode não conseguir se dedicar adequadamente às diversas disciplinas desse nível de ensino: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Educação Manual e Plástica. Por outro lado, a persistência da monodocência está ligada à política de redução de custos com contratações de docentes. Em vez de contratar professores/as suficientes e com formação adequada para lecionar cada uma das diversas disciplinas, o governo designa um único docente para essas turmas, reduzindo despesas, mas prejudicando tanto as professoras e os professores quanto as alunas e os alunos. Isso frequentemente força as e os docentes a realizarem funções além de suas responsabilidades.

Tratando da escola pública brasileira, Oliveira (2004) argumenta que “O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras.” (p. 1132). Muitos professores, inclusive, lecionam disciplinas para as quais não têm nenhuma preparação acadêmica.

Considerando que o trabalho docente vai além da sala de aula, muitas e muitos professores que se opõem à monodocência argumentam que essa prática é

exaustiva. Além de lecionar, as e os docentes enfrentam diversas responsabilidades na escola, como cargos administrativos, planejamento das aulas e outras tarefas essenciais para o bom funcionamento da instituição.

De acordo com Oliveira (2004, p. 1132), “O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação.” Vale destacar, conforme já mencionado, que a autora se refere ao contexto brasileiro.

Porém, em Angola a situação é semelhante; desta forma, não é difícil compreendermos como a monodocência pode ser uma via de mão dupla, que acaba prejudicando tanto as e os docentes, que precisam ensinar muito mais do que aquilo para o que estudaram, quanto para as alunas e os alunos, que acabam recebendo um conteúdo mal preparado, devido à sobrecarga colocada aos professores e às professoras nos níveis de ensino em que essa prática é registrada em Angola.

Outro ponto que consta das reivindicações dos professores e professoras em Angola tem a ver com as merendas escolares, assunto que já foi notícia em muitas reportagens do Jornal DW África (Ndomba, 2023). Os professores alegam que, uma vez implementada adequadamente, essa política pública nas escolas ajudaria a reduzir as assimetrias nestes espaços e a contribuir para a permanência dos estudantes nas salas de aulas. Apesar de ser um ponto importante, o governo diz não poder atender tal ponto de forma imediata, porque um custo desta proporção deve passar pela aprovação da assembleia nacional.

De acordo com a TPA (Andrade, 2022), os três pontos restantes do caderno reivindicativo que ainda aguardavam solução, em 2022, eram: a monodocência, a merenda escolar e as promoções ou atualizações de carreira. O MED informou que a implementação desses itens não dependia exclusivamente do seu ministério, principalmente a questão da merenda escolar, pois, a referida política supostamente faz parte do programa da luta contra a forme.

Apesar das discussões sobre a escassez ou insuficiência de merenda escolar frequentemente despertarem questionamentos da população, até o momento, além do Sinprof, não temos notícia de outro movimento significativo da sociedade em busca de soluções para esse problema, ou seja, uma pressão concreta ao Estado para a mitigação dessa situação que há muita assola as escolas angolanas.

A merenda escolar tornou-se uma demanda importante para as e os docentes, pois é vista como essencial para o pleno exercício de suas funções. A falta de merenda contribui para a desistência escolar, já que crianças de famílias de baixa renda muitas vezes abandonam a escola para ajudar seus pais em suas atividades laborais, resultando em um esvaziamento das instituições de ensino em algumas regiões de Angola.

De acordo com reportagem da DW África (Ndomba, 2023, p. 1), “A fome é um dos fatores que afugenta várias crianças das escolas angolanas, principalmente nas zonas rurais. As autoridades não têm dados oficiais sobre o número de crianças afetadas.”. Apesar de ser um assunto importante, o mesmo não recebe a devida atenção das autoridades angolanas, permitindo assim que mais crianças continuem abandonando o sistema de ensino por falta de condições de permanência.

As greves das e dos docentes em Angola vão além da reivindicação de melhorias profissionais, refletindo também uma demanda por melhores condições de trabalho. Essas greves abordam o trabalho docente de maneira abrangente. A pauta da merenda escolar, por exemplo, faz frente à falta de alimentação em muitas escolas, que gera indignação entre professores/as e pais. Muitos relatam que, mesmo em períodos difíceis, as escolas antigamente ofereciam merenda, o que agora está em falta. De acordo com reportagem publicada na DW África:

O Governo de Angola atribui a cada município três milhões de kwanzas (5000 euros) para o financiamento da merenda escolar, conforme previsto no Programa Integrado de Desenvolvimento Local de Combate à Pobreza. O dinheiro é gerido pelo Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU). Mas nem todas as escolas conseguem providenciar merendas, porque o valor é "irrisório", diz Armando Jorge, diretor municipal da Educação no Songo, província do Uíge. "O orçamento de combate à pobreza não tem sido suficiente para atender a demanda", acrescentando que a frequência do financiamento oscila (Ndomba, 2023, p. 1).

Apesar de ser um problema grave, com verbas insuficientes para atender às escolas em Angola, a realidade nas escolas públicas é preocupante. Muitas delas não oferecem merenda ou, quando oferecem, não o fazem diariamente. Além disso, há várias denúncias em algumas províncias sobre desvios desses recursos, que já não atendem às demandas atuais. Ainda de acordo com publicação da DW África:

Armando Jorge diz que as delegações da Educação não têm acesso ao dinheiro. Apenas apresentam as escolas onde são distribuídos a alimentação. "Os dinheiros são canalizados às empresas, e as empresas, por sua vez, fazem a aquisição das merendas através da nossa solicitação e distribuem nas escolas". O secretário-geral do Sindicato Nacional dos Professores (SINPROF), Ademar Jinguma, denuncia que, em alguns municípios, as verbas para merenda escolar são inseridas noutros projetos. "Há municípios que selecionam uma escola, dão uma coisinha como bombó⁵ com ginguba⁶ ou outra coisa que entenderem num único momento, e já não dão todo o ano. A merenda escolar é para ser distribuído de forma contínua", afirma o sindicalista (Ndomba, 2023, p. 1).

Ao abordar a monodocência e a merenda escolar, observa-se o potencial transformador das greves dos professores. Esses movimentos visam não apenas melhorar as condições para os docentes, mas também criar um ambiente escolar mais positivo e acolhedor para os alunos, tornando a escola um lugar mais agradável para aprender e socializar. Além dos pontos mencionados, as greves também abrangem outros aspectos importantes do trabalho docente, conforme detalhado nos dez pontos do caderno reivindicativo apresentado ao governo angolano em três ocasiões, isto de 2013 a 2025.

Apesar do descontentamento dos docentes, muitos pontos do caderno reivindicativo enfrentam relutância por parte do governo quanto ao seu atendimento. Hypolito (2011) menciona várias reformas, no Brasil e em outras partes, que têm como objetivo controlar os docentes, cada vez mais os Estados vêm criando mecanismos que retiram a autonomia dos professores e professoras na sala de aula, deixando eles e elas limitados a cumprir o que está legislado nos documentos legais em uso em cada realidade, mesmo que as referidas leis não agreguem de forma alguma ao trabalho docente.

Essa é a mesma luta travada pelo professorado angolano, a categoria também quer poder decidir as formas mais adequadas para a avaliação dos alunos, para poder deliberar quem pode ou não avançar para o nível seguinte e não apenas seguir conforme o governo angolano estabeleceu, ou seja, neste aspecto os docentes buscam mais autonomia, do seu ponto de vista e no exercício da sua profissão.

O trabalho docente desenvolvido pela categoria tem sido muito importante, também, para a valorização dos profissionais que atuam na escola, mesmo não sendo

⁵ Mandioca seca depois de ficar de molho por alguns dias.

⁶ Amendoim.

professores e professoras, ou seja, pessoal de apoio. O cenário mudou, e pensamos que as mudanças continuarão e as escolas que se conhecem em Angola podem não ser as mesmas dentro em breve, caso este ritmo não seja interrompido por nenhum tipo de opressão ou intimidação que faça com que alguns pulem fora do barco.

De acordo com Hypolito (2011, p. 70), “Ainda que não seja a mesma coisa, a precarização do trabalho docente está muito associada com as formas de intensificação do trabalho, pois o aumento desta implica no aprofundamento daquela. A intensificação do trabalho está diretamente relacionada com o tempo, o ritmo e a carga de trabalho”.

É possível que, nos períodos que se seguem, o professorado angolano continue lutando por um cenário na educação de base mais favorável para todos que o acessam, pois as transformações que tem sido possível apreciar são mudanças e conquistas novas que até pouco tempo ninguém queria correr o risco de lutar por elas.

A seguir, sintetizamos o diálogo entre os referenciais teóricos mobilizados e o contexto empírico analisado, com vistas a evidenciar como as greves em Angola podem ser lidas à luz de teorias críticas sobre o trabalho docente e os movimentos sociais.

Quadro 2 - Diálogo entre conceitos teóricos e práticas sindicais do professorado angolano

Autor/a	Ideia central / conceito	Aplicação ao caso das greves docentes em Angola
Alberto Melucci	Os movimentos sociais são formas de ação coletiva que constroem sentidos e identidades.	As greves do Sinprof não apenas reivindicam salários, mas também constroem a identidade coletiva do professorado angolano como sujeito político.
	Ênfase na comunicação, nas redes e nos significados simbólicos da ação coletiva.	O uso de redes sociais e meios alternativos de comunicação foi decisivo para fortalecer a mobilização docente, em um país com histórico de repressão.
Dalila Andrade Oliveira	Valorização do trabalho docente implica condições de trabalho, reconhecimento social e carreira.	As greves reivindicam não só reajustes salariais, mas também plano de carreira, dignidade profissional e respeito institucional.
	Luta por políticas educacionais comprometidas com a formação e a permanência do professorado.	O Sinprof exige reformas estruturais que garantam condições mínimas para o exercício da docência, especialmente nas províncias mais pobres.
Hypolito (e colaboradores)	A política educacional está atravessada por lógicas de controle, avaliação e precarização.	O professorado angolano enfrenta políticas centralizadoras e autoritárias que silenciam e suas vozes e dificultam transformações reais.
	Importância de reconhecer os	Apesar da fragilidade institucional, os

Autor/a	Ideia central / conceito	Aplicação ao caso das greves docentes em Angola
	sujeitos da escola como agentes críticos.	docentes desafiam o autoritarismo e afirmam seu protagonismo político na luta por direitos.

Fonte: elaborado pelos autores

Análise e discussão dos dados

As greves docentes ocorridas em Angola entre 2013 e 2024 expressam, em sua complexidade, formas emergentes de resistência ao modelo hegemônico de gestão educacional que historicamente desvalorizou o trabalho docente. A partir da análise de cadernos reivindicatórios, decretos presidenciais, matérias jornalísticas e comunicados sindicais, observam-se transformações significativas tanto no perfil da mobilização quanto nas pautas defendidas.

Em 2013, o movimento grevista ainda se apresentava de forma tímida e pontual, restrito a poucas províncias e com visibilidade reduzida na esfera pública. As reivindicações estavam centradas em aspectos salariais e no cumprimento de direitos trabalhistas básicos, como o pagamento de subsídios e a regularização de progressões na carreira. A atuação do Sinprof, nesse período, era reativa e pouco articulada com as bases, refletindo as limitações estruturais do sindicalismo angolano, marcado por forte centralização política e escassa autonomia frente ao Estado.

A partir de 2017, porém, observa-se um salto qualitativo no movimento. As pautas passam a incorporar elementos ligados à dignidade profissional, às condições de permanência nas escolas e à própria concepção de valorização do trabalho docente. Esse processo pode ser interpretado, à luz de Melucci (1996), como a emergência de um novo sujeito coletivo, que articula a luta por reconhecimento a partir de uma identidade construída na ação. A utilização intensiva das redes sociais como espaço de denúncia, articulação e visibilidade rompe com o modelo tradicional de comunicação sindical e amplia o alcance das reivindicações.

Em 2019 e, posteriormente, entre 2022 e 2024, o movimento atinge sua maturidade política. As greves ganham expressão nacional, com ampla adesão e crescente apoio popular. O Sinprof assume protagonismo e passa a negociar diretamente com o Ministério da Educação, exigindo reformas no Estatuto do Magistério, reestruturação das tabelas salariais e maior investimento na formação

continuada de docentes. Aqui, a análise de Oliveira (2010) torna-se fundamental: a valorização do trabalho docente ultrapassa a dimensão econômica e adquire caráter simbólico e institucional, envolvendo o reconhecimento do papel dos docentes na reconstrução do sistema educacional angolano.

Apesar dos avanços, as respostas governamentais permanecem marcadas por ambivalências. A assinatura de decretos e promessas de reajuste contrastam com a morosidade na implementação e com tentativas de desmobilização por meio de discursos oficiais que criminalizam a greve. Essa tensão revela o que Hypolito e outros (2011) identificam como a presença de dispositivos de controle e silenciamento no interior das políticas públicas, que buscam manter a docência em condição de subalternidade, mesmo diante de pressões legítimas por autonomia e reconhecimento.

Os documentos analisados evidenciam que, embora algumas demandas tenham sido parcialmente atendidas — como o reajuste salarial de 2023 e a inclusão de docentes no plano nacional de formação —, muitas reivindicações estruturais permanecem em aberto. A precarização das condições de trabalho, a sobrecarga docente e a ausência de políticas efetivas de infraestrutura escolar continuam sendo obstáculos à efetivação do direito à educação de qualidade.

Assim, as greves não apenas explicitam a crise do trabalho docente em Angola, mas também operam como prática de reescrita desse trabalho, produzindo sentidos, tensionando políticas e reposicionando o professorado como ator coletivo fundamental no debate educacional. Ao desafiar os limites impostos pela tradição autoritária e pelo silêncio institucional, os docentes angolanos/as afirmam-se como sujeitos de luta e de transformação no interior de um sistema ainda marcado pela desigualdade e pelo descompromisso com a valorização profissional.

Considerações finais

Em síntese, este estudo apresenta resultados parciais de uma dissertação de mestrado apoiada por bolsa da CAPES e desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa teve como objetivo central investigar a seguinte questão norteadora: de que maneira as greves do professorado angolano repercutem na valorização do trabalho docente? Os achados evidenciam

que tais mobilizações delineiam um novo cenário no que tange às reivindicações por direitos trabalhistas em Angola. Por meio delas, a categoria docente tem consolidado uma maior consciência coletiva acerca da importância da luta por condições mais dignas, contribuindo para a construção de um ambiente profissional mais equitativo e mobilizando esforços no sentido de uma reestruturação abrangente da profissão docente no país.

Tratando-se de um fenômeno relativamente recente no contexto angolano – com primeiras manifestações significativas a partir da década de 1990 –, as greves docentes têm assumido um papel fundamental na busca por transformações estruturais no sistema educacional. Tais esforços transcendem o âmbito corporativo, beneficiando não apenas os próprios docentes, mas também discentes e demais profissionais vinculados à educação básica em Angola.

Embora as constantes frustrações decorrentes das reivindicações não atendidas persistam como um desafio, o fortalecimento progressivo do movimento grevista e o aumento no número de filiados ao Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof) indicam um potencial transformador nessas ações coletivas. Ainda que os resultados concretos não sejam plenamente satisfatórios no curto prazo, a persistência na mobilização tem reforçado a relevância da união da categoria como ferramenta de pressão por avanços no setor educacional.

O crescimento sustentado na filiação sindical e a consolidação das greves como instrumento de luta evidenciam um processo crescente de conscientização entre os/as profissionais da educação acerca da importância da ação coletiva. Essa tomada de consciência constitui um alicerce fundamental para a construção de bases sólidas capazes de enfrentar desafios estruturais e promover mudanças significativas. Nesse sentido, o engajamento ativo dos docentes revela-se imprescindível para assegurar que as demandas por melhores condições laborais e educacionais sejam efetivamente atendidas.

Ademais, o fortalecimento das ações coletivas favorece a constituição de redes de apoio e solidariedade entre os docentes, ampliando o impacto das reivindicações e fomentando um ambiente escolar mais colaborativo. À medida que a categoria avança na organização e na articulação de suas pautas, contribui-se para a edificação de um sistema educacional mais justo e eficiente, cujos benefícios se estendem a toda a comunidade escolar.

Ainda, é válido dizer que as greves docentes em Angola, especialmente entre 2013 e 2024, não se restringem a reivindicações salariais. Elas se articulam a um conjunto mais amplo de lutas sociais voltadas à democratização do país e à ampliação dos direitos civis. Muitos professores atuam também como ativistas sociais, evidenciando que as mobilizações da categoria fazem parte de um movimento de resistência política e de afirmação da cidadania, em um contexto de transição democrática ainda frágil.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de estudos futuros que acompanhem a evolução do movimento docente em Angola, analisando de que modo a persistência nas lutas sindicais pode catalisar transformações mais profundas no cenário educacional do país.

Referências

ANGOLA. Lei n. 23/91 de 15 de Junho: Lei da greve. Assembleia do Povo. Diário da República n. 25, I Série. Luanda aos 15 de Junho de 1991. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/I_greve.pdf. Acesso em 30 de março de 2024.

ANGOLA. Constituição da República. Luanda, 21 Jan. 2010. Disponível em: <https://www.angola.or.jp/pt/2022/02/08/constitucacao-da-republica-de-angola-edicao-especial-2022/>. Acesso em 06 de março de 2023.

ANGOLA. Ministério da Educação. Med conclui fase de promoção de professores. Luanda, 24 Jan. 2023. Disponível em: <https://med.gov.ao/web/noticias/med-conclui-fase-de-promo%C3%A7%C3%A3o-de-professores>. Acesso em 12 de outubro de 2025.

ANDRANDE, B. Executivo já resolveu sete dos dez pontos apresentados no caderno reivindicativo. **Televisão Pública de Angola**, Luanda, 26 Nov. 2022. Disponível em: <https://tpaonline.ao/executivo-ja-resolveu-sete-dos-dez-pontos-apresentados-no-caderno-reivindicativo/>. Acesso em 06 de abril de 2024.

ANGOLA: professores da Huíla mantém greve. **RFI**, Angola aos 30 de Julho de 2014. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/africa/20140729-professores-da-huila-prosseguem-em-greve>. Acesso em 6 de junho de 2023.

DIAS, H. Greve. In: **CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**. Dicionário das crises e das alternativas. Coimbra: Edições Almedina, 2012. p. 113-114.

HYPOLITO, Á. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação**: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 21, n. 38, p. 59-78, out/dez. 2011.

LEITE, M. de P. **O movimento grevista no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

NDOMBA, B. Angola: Para onde vai a verba da merenda escolar? **DW África**. Angola, 25 de Jan. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-para-onde-vai-a-verba-da-merenda-escolar/a-64508995#:~:text=A%20merenda%20escolar%20distribu%C3%ADa%20nas,de%20dez%20prov%C3%ADncias%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em 05 de abril de 2023.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

PROFESSORES em greve na Lunda Norte. **Makaangola**, Angola, 5 Jun. 2013. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2013/06/professores-em-greve-na-lunda-norte/>. Acesso: 3 Jun. 2023.

PROSSEGUE a greve dos professores em angola a partir dos 6 de dezembro. **RFI**, Angola, 04 Dez. 2022. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20221204-prossegue-a-greve-dos-professores-em-angola-a-partir-do-6-de-dezembro>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

SEGUNDO, I. O. V. **Contribuição sobre o trabalho docente, consciência de classe e sindicalismo**: um resumo sobre o Sinprof-sindicato nacional de professores em Angola. 2023. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/98644580/Doutor_Isildo_Vinte_Segundo_DE_ARTIGO_SIMPROF_2023_JANEIRO_-libre.pdf?1676357303=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDoutor_Isildo_Vinte_Segundo_DE_ARTIGO_SI.pdf&Expires=1727701743&Signature=JYKFRf7PsW7m~dobRtvquXYUpZ17~p~tCtn7FyVhdk9FrIQjIDCWVsKkDlga2-R4iQvezjfM-Pxv2pDpyFqbT5gK023CcqmT4ELt9-NysZbpTrP9ModTZRJyOpoGOPYwqWfCF-IZAQ2qojiA35Eoxk9W4qfOQg9J1CjWRX6ErTfWoTs5S8MkqeufbR4hinAgRUvVTbO4oL5Hm3lquuHzLPKmxKrXNVZblkzkSAFMKvvIOwm8Ft~pweB2Vaj6Pfy6dsX7Q54BozbDdVmIsZrDaCl-8nqkOPzK8Bf-78RRDugJYUMszsIOE8m1OxZEuaFWsEYIGzVdFGPxghWNHSdg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em 29 de agosto de 2024.

SILVA, L. M. M; GREGO, P. G. S; JORGE, W. J. Importância do sindicato e do ministério público do trabalho, para a proteção do empregado/professor diante dos desmandos do empregador. **Revista Saberes da Amazônia**, Rondônia, v. 6, n. 12, 2021.

SINPROF: suspende terceira fase da greve. **ANGOP**, Luanda, 26 Nov. 2022. Disponível em: <https://angop.ao/noticias/educacao/sinprof-suspende-a-terceira-fase-da-greve/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

VIEIRA, A. Paralisação de professores prejudica 30 mil alunos no sul de Angola. **DW África**. Huíla aos 13 de Outubro de 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/paralisa%C3%A7%C3%A3o-de-professores-prejudica-30-mil-alunos-no-sul-de-angola/a-17134084>. Acesso em 4 de junho de 2023.